

Deputado Distrital Milton Barbosa - PSDB

MOÇ 35 /2007

MOÇÃO n.

(Do Sr. Deputado Milton Barbosa - PSDB)

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida, à Assessoria do Plenário e Distribuição para a Mesa em Ordem do Dia:

Em 09/05/07

[Assinatura]
Assessoria do Plenário

Repudia ato do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, por submeter servidores da área de segurança pública do Distrito Federal a constrangimento público.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
MOÇ Nº 35 / 07
Fls. Nº 01 RITA

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

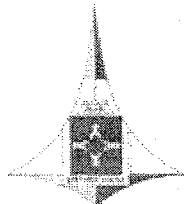
Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares repudiar o Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, **JOSÉ ROBERTO ARRUDA**, pelo constrangimento público feito ao Delegado-Chefe da 27ª Delegacia de Polícia do Recanto das Emas, **IVANILSON SEVERINO DE MELO**, ao Major QOPM **GERVANDER PEREIRA GUIMARÃES**, Comandante da 18ª Companhia de Polícia Militar da área, quando do lançamento de obras de asfaltamento naquela cidade, e no desdobramento do episódio, ao Delegado de Plantão **JONAY LEMES VIEIRA**.

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Recd em 08/05/07 às 15:40
[Assinatura]
Assinatura Matrícula

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com o vasto noticiário dos veículos de comunicação escritos e televisados da Capital Federal, no dia 03 de maio do corrente ano, em palanque de autoridades instalado na cidade de Recanto das Emas para o lançamento de obras de asfaltamento, o Governador **JOSÉ ROBERTO ARRUDA**, em atitude abrupta, intempestiva, deselegante, desrespeitosa, prepotente e atrabiliária, conduta grosseira e não muito diferente dos tempos do coronelismo, constrangeu, na presença de moradores, autoridades públicas e parlamentares desta Casa que ali se faziam presentes, os servidores relacionados, repreendendo os dois primeiros em público, lançando no lamaçal da desonra suas irrepreensíveis carreiras profissionais

[Assinatura]
Poderes



Câmara Legislativa do Distrito Federal

PROTOCOLO LEGISLATIVO	
MOÇ. Nº	35 / 07
Fls. Nº	02 R 1 TA

Deputado Distrital Milton Barbosa - PSDB

por uma indagação sobre uma ocorrência policial não satisfatoriamente a ele respondida que, em situações normais seria esclarecida com a prudência do mais modesto dos magistrados.

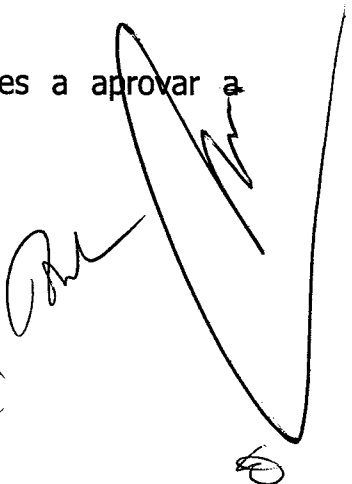
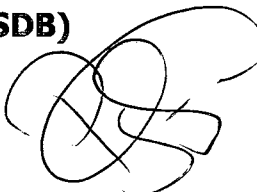
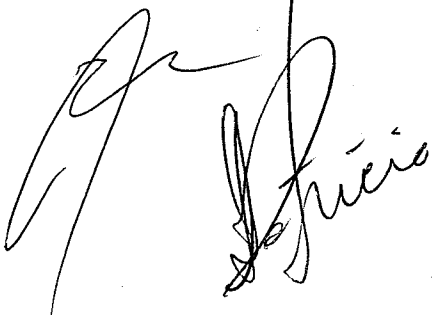
A desgraçada conduta do Governador **JOSÉ ROBERTO ARRUDA** merece, portanto, o repúdio não só desta Casa, mas de todos os trabalhadores da área de segurança pública, que foram desrespeitados e desconsiderados pela malsinada conduta, não digna de uma autoridade que deveria se pautar pela prudência no comportamento e pelo irrestrito respeito aos cidadãos. De um governante, a sociedade espera equilíbrio, paciência, prudência e serenidade na condução dos destinos da cidade que dirige.

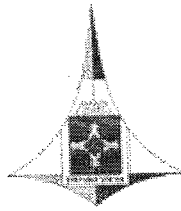
Aliás, tão só para relembrar aos ilustres pares, o Governador **JOSÉ ROBERTO ARRUDA**, em recente visita à localidade de Vicente Pires, chamou de "**PORCARIA**" a Fiscalização de Atividades Urbanas do Governo do Distrito Federal, atingindo profundamente todos os seus integrantes, a pretexto de que não estariam sendo eficientes no exercício de suas atividades voltadas para a coibição de novas construções. Antes, mais precisamente no dia 21/04/2007, como noticiado no Jornal de Brasília, chamara os motoristas de vans de **ASSASSINOS**, generalizando toda uma classe de trabalhadores, pais de família honrados e que, na sua maioria esmagadora, faz da atividade o seu único meio de vida.

Esta Casa, pois, nobres pares, bem como a sociedade como um todo, não podem quedar-se inertes diante de comportamentos tão agressivos e grosseiros, com sérios reflexos na vida dos cidadãos atingidos e que podem comprometer ou até mesmo deixar marcas indelévels à vida pública de seu autor.

Por todo o exposto, conclamamos todos os parlamentares a aprovar a presente moção.

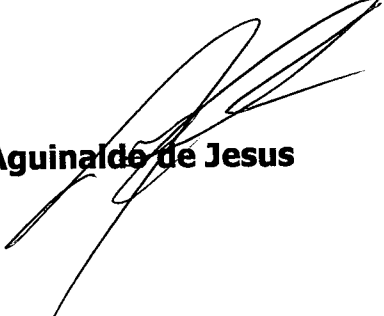
Sala das Sessões, em 07 de maio de 2007.


Milton Barbosa (PSDB)



Câmara Legislativa do Distrito Federal

Deputado Distrital Milton Barbosa - PSDB


Aguiinaldo de Jesus

Alírio Neto
PPS

Aylton Gomes
PMN

Batista das Cooperativas
PRP

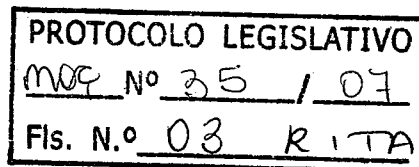
Benício Tavares
PMDB

Berinaldo Pontes
PP

Brunelli
PFL

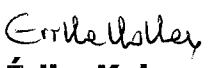

Cabo Patrício
PT

Chico Leite
PT



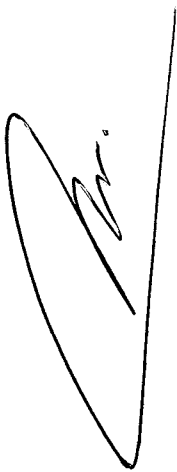
Cristiano Araújo
PTB

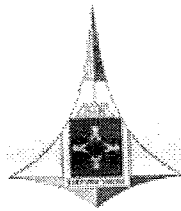
Dr. Charles
PTB


Érika Kokay
PT

Jaqueline Roriz
PSDB

Leonardo Prudente
Democrata





Câmara Legislativa do Distrito Federal

Deputado Distrital Milton Barbosa - PSDB

Luzia de Paula

PSL

Paulo Tadeu

PT

Paulo Roriz

Democrata

Pedro Passos

PMDB

Raad Massouh

Democrata

Reguffe

PDT

Rogério Ulysses

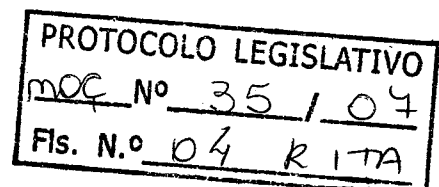
PSB

Roney Nemer

PMDB

Wilson Lima

PMDB-PR



Jornal: DE BRASÍLIA
 Data: 21/09/84
 Editoria: Caderno: CIDADES Página: 04
 Coluna:

Governador afasta major e delegado

Márcio Falcão

A resposta foi rápida. Menos de quatro horas depois de receber um abaixo-assinado de moradores do Recanto das Emas reclamando da falta de segurança, o governador José Roberto Arruda exonerou um delegado e um major, responsáveis pelo policiamento da área.

Ontem, durante o início das obras de recapeamento da avenida principal, moradores contaram ao governador que, por volta das 14h20 de quarta-feira, dois jovens, um de 17 e outro de 18 anos, assaltaram a Lojas Mig, na quadra 103, mantendo pelo menos dez pessoas reféns.

Eles estavam armados e chegaram atirando para o alto. Os dois fugiram em uma bicicleta, levando R\$ 1.760 da loja. O gerente registrou a ocorrência às 15h26, na 27ª Delegacia de Polícia (Recanto das Emas). Ao ouvir o relato da população, Arruda cobrou

das autoridades de segurança da região o resultado das investigações. Ninguém se manifestou. "A máquina pública tem que ser mais eficiente. Eu vou conversar com o secretário de Segurança, para saber por que um crime aqui ocorrido quarta-feira, nem o delegado, nem o comandante da PM tinham conhecimento", disse.

■ Exoneração

A tarde, a assessoria do GDF comunicou a exoneração do delegado-plantonista da 27ª DP, Jonai Vieira, e do chefe da 18ª Companhia de Policiamento Militar Independente (CPMID), major Jervander Guimarães.

Agora, a direção da Polícia Civil estuda abrir uma sindicância para apurar a conduta do delegado-plantonista. Ele teria cometido três irregularidades: não visitou o local do crime e não comunicou ao delegado-chefe e nem à delegacia especializada em roubo.

PROTOCOLO LEGISLATIVO

MOÇ Nº 35 / 04

Fls. N.º 05 RITA

Arruda se irrita com
"erros" e exonera
delegado, major e
diretor da Novacap

CLIPPING

Jornal: TRIBUNA DO BRASIL
Data: 4/5/07
Editoria: Caderno: GRANDE BSB Página: 3
Coluna:

PRESSÃO POPULAR

Altos servidores demitidos

KENNIA RODRIGUES

As reivindicações dos moradores do Recanto das Emas e as cobranças na agilidade de algumas obras no Distrito Federal resultaram ontem em três demissões de altos funcionários do GDF. As exonerações do diretor de Urbanização da Novacap, José Manuel, do comandante da 18ª Comando de Polícia Militar Independente (Cpmind), major Gervander Pereira Guimarães, e do delegado da 27ª DP, Jonair Levis Vieira, foram anunciadas na tarde de ontem, pela assessoria de imprensa do governador José Roberto Arruda. As demissões tiveram motivos diferentes: a morosidade na execução de algumas obras e o desconhecimento da polícia sobre um assalto no comércio do Recanto das Emas.

Tudo começou na manhã de ontem, durante o lançamento da obra de reconstrução asfáltica da avenida principal do Recanto das Emas. Algum morador questionou ao próprio governador a demora na pavimentação da Avenida Alagados, em Santa Maria. Um dos motivos da lentidão foi o sistema de águas pluviais, que não estava previsto no contrato inicial da

obra. Segundo o governador, a paralisação da Novacap, responsável pelo trabalho no local, veio somar na morosidade da pavimentação. "Infelizmente, a Novacap não está nos ajudando. Se a empresa continuar com esses baixos níveis de eficiência, eu posso tomar uma decisão mais drástica", ameaçou. Logo à tarde, o governador se reuniu com o presidente da Novacap, José Eustáquio de Oliveira, e decidiu exonerar o diretor de Urbanização, José Manuel.

Já as demissões do comandante da 18ª Cpmind, major Gervander Pereira Guimarães, e do delegado da 27ª DP, Jonair Levis Vieira, foram causadas pela falta de fiscalização e desconhecimento da

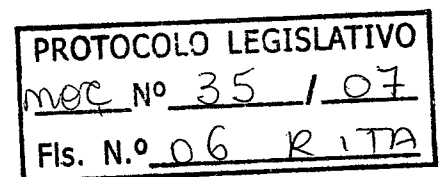
polícia sobre assalto em comércio no Recanto das Emas. Um abaixo-assinado pedindo mais segurança no local foi entregue nas mãos do próprio governador, que leu o documento publicamente, durante a solenidade.

A escritura denunciava um assalto à mão armada ocorrido na quadra 103, às 14h. "Foi ontem esse crime aqui coronel? O senhor é o comandante desta área? Cadê o major? Cadê o delegado?", perguntou Arruda. O delegado respondeu: "Qual crime?"

Nenhum dos chefes da Polícia Civil e Polícia Militar estavam a par do assunto. Indignado, o governador pediu desculpas a população e irritou-se com os policiais. "Se

nenhum de vocês estavam sabendo, me desculpe, mas alguma coisa está errada", comentou na ocasião. A decisão final sobre o caso veio mais tarde, quando Arruda se reuniu com o secretário de Segurança Pública, coronel Cândido Vargas, e decidiu, então, demitir os funcionários.

A direção da Polícia Civil vai estudar a possibilidade de abrir sindicância para averiguar a falha policial. De acordo com o setor, o delegado da 27ª DP deixou de tomar três medidas sobre o caso: ir ao local do assalto, comunicar o acontecimento ao 2º delegado-chefe e informar à delegacia especializada. A Secretaria de Segurança Pública analisa a substituição dos policiais.



Jornal : DO BRASIL

Data: 04/11/07

Editoria: Caderno: Página: 04

Coluna:

■ Polícia vai literalmente para a rua

As polícias militar e civil responsáveis pela região do Recanto das Emas passaram vergonha ontem na frente do governador José Roberto Arruda (DEM). Ao receber um abaixo-assinado dos comerciantes pedindo mais segurança ao local, com o relato de um assalto a loja na tarde de quarta-feira, Arruda pediu explicações. Um tenente-coronel da PM, o major que comanda o destacamento local e o delegado-chefe desconheciam o fato. Isso irritou o governador. Resultado: exoneração do delegado plantonista e do major responsável pela região.

Arruda deixou a cidade, no fim da manhã, dizendo que tomara uma decisão enérgica. Cumpriu. Depois de analisar o caso e identificar os responsáveis, ontem à tarde, sua equipe anunciou a exoneração de Jonai Lemes Vieira, delegado-plantonista da 27ª DP que teria registrado a ocorrência, e do major Gervander Pereira Guimarães, comandante da 18ª CPmind, que comanda a região. O governador questionou o fato de os dois responderem pelo policiamento no Recanto das Emas e não se comunicaram.

A Polícia Civil estuda a possibilidade de abrir uma sindicância para apurar o procedimento do delegado-plantonista diante do caso, pois foram

identificados três erros: ele não foi ao local do crime, não o comunicou ao delegado-chefe e não avisou a delegacia especialidade, a Delegacia de Repressão a Roupas (DRR).

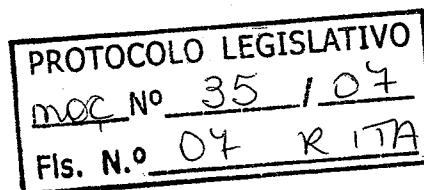
O assalto foi nas lojas Mig, na quadra 103 do Recanto das Emas. O gerente, Tarcísio Norberto, tinha em mãos o boletim de ocorrência feito pela 27ª Delegacia de Polícia. Segundo ele, por volta das 14h30 de quarta-feira, dois jovens armados pediram para que as duas funcionárias e três clientes deitassem no chão, roubaram o dinheiro do caixa, atiraram, acertando uma prateleira e uma batida, e fugiram de bicicleta.

— Liguei para o 190, a PM veio ao local e depois fomos à delegacia fazer ocorrência. Não sei como esses policiais não sabiam — questionou o gerente.

Durante evento no Recanto, pela manhã, Arruda chamou ao palco o tenente-coronel Lacerda, o major Gervander e o delegado-chefe Ivanilson de Melo. Os três disseram que estavam tomando conhecimento do ocorrido naquele momento. Irritado, Arruda repreendeu-os em público.

— Se os comerciantes fazem um abaixo-assinado e vocês não sabem, alguma coisa está errada. Saio daqui chateado por nem a Polícia Militar nem a Civil estarem sabendo o que está acontecendo debaixo do seu nariz — disse o governador. (M.O.)

Nem major que comanda a PM no Recanto das Emas, nem delegado sabiam de assalto



SEGURANÇA PÚBLICA

Também perderam os cargos o comandante da companhia da PM no Recanto das Emas e o diretor de Urbanização da Novacap

Arruda demite delegado

ADRIANA BERNARDES
DA EQUIPE DO CORREIO

Um assalto à mão armada numa loja de eletrodomésticos, na tarde de quarta-feira, no Recanto das Emas, resultou no afastamento do delegado plantonista Jonai Lemes Vieira, da 27ª Delegacia de Polícia, e do comandante da 18ª Companhia Independente de Polícia Militar, o major Gervander Pereira Guimarães. A ordem partiu do governador José Roberto Arruda, que esteve ontem na cidade para assinar a ordem de serviço de reconstrução de 8km do asfalto da avenida principal. Ao receber um abaixo-assinado dos comerciantes da quadra 103 reclamando da falta de segurança, Arruda pediu satisfações aos responsáveis pela segurança na cidade, que não estavam sabendo do caso.

O governador chamou a atenção dos dois publicamente. "Um crime aconteceu ontem (quarta-feira) às 14h e nenhum de vocês está sabendo, me desculpe coronel, alguma coisa está errada. O senhor, por gentileza, reforce o policiamento. Vocês estão de brincadeira!", criticou, irritado, sob os aplausos, assobios

e gritos da comunidade. "A máquina pública tem de funcionar. Alguma coisa está errada. A gente não é bobo. Alguma providência tem que ser tomada e será enérgica", afirmou.

Menos de cinco horas depois, o governador comunicou à imprensa a exoneração do delegado e do comandante da PM. Um dia depois do assalto, os funcionários da loja de eletrodomésticos estavam assustados. A marca do tiro disparado pelos bandidos está no aparelho de microondas e na caixa da batadeira que continuavam na exposição da loja à espera da perícia.

O delegado plantonista Jonai Lemes Vieira deve responder a uma sindicância interna da Polícia Civil por ter "descumprindo regras na função". Por meio da assessoria de imprensa, a Polícia Militar informou que hoje mesmo o major Gervander Pereira Guimarães será exonerado do cargo. Ele estava na polícia havia 16 anos e há cerca de quatro meses respondia pela 18ª CPmind. A exoneração no entanto, deve ser publicada no *Diário Oficial do DF* somente no início da próxima semana.

Outra demissão anunciada ontem pelo governador Arruda

foi a do diretor de Urbanização da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), José Manuel Rodrigues. Em seu lugar assumirá o engenheiro Celso Roberto Machado Pinto, funcionário de carreira do Departamento de Estradas de Rodagem. O governador declarou-se insatisfeito com a ineficiência da Novacap, que tem sido apontada como responsável pelo atraso no cronograma de obras. Arruda quer reestruturar a empresa. Na sua visão, ela teve as atividades desvirtuadas ao longo dos anos.

Na avaliação do governo, a empresa não atua mais na atividade fim e fica envolvida apenas em questões burocráticas, repassando obras para serem realizadas por terceiros. "Para fazer isso, monto uma equipe de licitação dentro da secretaria de obras e resolvo o problema", afirmou Arruda. O gasto anual com a folha dos 1.763 trabalhadores é de R\$ 151 milhões. Para agravar ainda mais a situação, a dívida acumulada do órgão atingiu em março R\$ 585,3 milhões, a maior parte dela, de passivos trabalhistas. Arruda deve aguardar até 21 de maio, quando está marcada uma audiência na Justiça do Trabalho. Dependendo do resultado poderá reestruturar a Novacap ou, até mesmo, extingui-la. "Estou muito insatisfeito com a ineficiência da Novacap", resumiu Arruda.

Obras são garantidas

A reconstrução dos 8km de asfalto da avenida principal do Recanto das Emas ficará pronta daqui a três meses. O governador José Roberto Arruda garantiu que no mesmo dia em que inaugurar a nova pista, assinará a ordem de serviço para o início da construção do hospital. O compromisso foi assumido após lideranças comunitárias cobrarem a obra. "Em 30 dias lançamos o edital. Na construção do hospital precisaremos de pelo menos 500 operários. Garanto a vocês que todos serão contratados aqui", afirmou.

Os moradores pediram ainda que o governo construa uma escola para crianças portadoras de necessidades especiais e asfalte a estrada conhecida como zendingha, que liga o Recanto das Emas a Samambaia. Para construir a estrada é preciso resolver questões ambientais com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama-DF). (AB)

PROTOCOLO LEGISLATIVO

MOC Nº 35 / 04

Fls. N.º 08 RITA

“Foi a hora que acabou a discussão. Agora é um processo punitivo. Nós não queremos mais ver ideias e discussões chegando aos ouvidos. Mas não está crescendo isso. E não deve ser muito dura (a extinção), mas tem que ser política, foi transatório e julgado”.

JOSÉ ROBERTO JESUÍTA,
presidente do DT

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

645

646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

656

657

658

659

660

661

662

663

664

665

666

667

668

669

670

671

672

673

674

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

715

716

717

718

719

720

721

722

723

724

725

726

727

728

729

730

731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

745

746

747

748

749

750

751

752

753

754

755

756

757

758

759

760

761

762

763

764

765

766

767

768

769

770

771

772

773

774

775

776

777

778

779

780

781

782

783

784

785

786

787

788

789

790

791

792

793

794

795

796

797

798

799

800

801

802

803

804

805

806

807

808

809

810

811

812

813

814

815

816

817

818

819

820

821

822

823

824

825

826

827

828

829

830

831

832

833

834

835

836

837

838

839

840

841

842

843

844

845

846

847

848

849

850

851

852

853

854

855

856

857

858

859

860

861

862

863

864

865

866

867

868

869

870

871

872

873

874

875

876

877

878

879

880

881

882

883

884

885

886

887

888

889

890

891

892

893

894

895

896

897

898

899

900

901

902

903

904

905

906

907

908

909

910

911

912

913

914

915

916

917

918

919

920

921

922

923

924

925

926

927

928

929

930

931

932

933

934

935

936

937

938

939

940

941

942

943

944

945

946

947

948

949

950

951

952

953

954

955

956

957

958

959

960

961

962

963

964

965

966

967

968

969

970

971

972

973

974

975

976

977

978

979

980

981

982

983

984

985

986

987

988

989

990

991

992

993

994

995

996

997

998

999

1000

1001

1002

1003

1004

1005

1006

1007

1008

1009

1010

1011

1012

1013

1014

1015

1016

1017

1018

1019

1020

1021

1022

1023

1024

1025

1026

1027

1028

1029

1030

1031

1032

1033

1034

1035

1036

1037

1038

1039

1040

1041

1042

1043

1044

1045

1046

1047

1048

1049

1050

1051

1052

1053

1054

1055

1056

1057

1058

1059

1060

1061

1062

1063

1064

1065

1066

1067

1068

1069

1070

1071

1072

1073

1074

1075

1076

1077

1078

1079

1080

1081

1082

1083

1084

1085

1086

1087

1088

[illegible]

POLÍCIA APREENDE CAÇA-NIQUEIS

1975-1976	1976-1977	1977-1978	1978-1979	1979-1980	1980-1981	1981-1982	1982-1983	1983-1984	1984-1985	1985-1986	1986-1987	1987-1988	1988-1989	1989-1990	1990-1991	1991-1992	1992-1993	1993-1994	1994-1995	1995-1996	1996-1997	1997-1998	1998-1999	1999-2000	2000-2001	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009	2009-2010	2010-2011	2011-2012	2012-2013	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018	2018-2019	2019-2020	2020-2021	2021-2022	2022-2023	2023-2024	2024-2025	2025-2026	2026-2027	2027-2028	2028-2029	2029-2030	2030-2031	2031-2032	2032-2033	2033-2034	2034-2035	2035-2036	2036-2037	2037-2038	2038-2039	2039-2040	2040-2041	2041-2042	2042-2043	2043-2044	2044-2045	2045-2046	2046-2047	2047-2048	2048-2049	2049-2050	2050-2051	2051-2052	2052-2053	2053-2054	2054-2055	2055-2056	2056-2057	2057-2058	2058-2059	2059-2060	2060-2061	2061-2062	2062-2063	2063-2064	2064-2065	2065-2066	2066-2067	2067-2068	2068-2069	2069-2070	2070-2071	2071-2072	2072-2073	2073-2074	2074-2075	2075-2076	2076-2077	2077-2078	2078-2079	2079-2080	2080-2081	2081-2082	2082-2083	2083-2084	2084-2085	2085-2086	2086-2087	2087-2088	2088-2089	2089-2090	2090-2091	2091-2092	2092-2093	2093-2094	2094-2095	2095-2096	2096-2097	2097-2098	2098-2099	2099-2100	2100-2101	2101-2102	2102-2103	2103-2104	2104-2105	2105-2106	2106-2107	2107-2108	2108-2109	2109-2110	2110-2111	2111-2112	2112-2113	2113-2114	2114-2115	2115-2116	2116-2117	2117-2118	2118-2119	2119-2120	2120-2121	2121-2122	2122-2123	2123-2124	2124-2125	2125-2126	2126-2127	2127-2128	2128-2129	2129-2130	2130-2131	2131-2132	2132-2133	2133-2134	2134-2135	2135-2136	2136-2137	2137-2138	2138-2139	2139-2140	2140-2141	2141-2142	2142-2143	2143-2144	2144-2145	2145-2146	2146-2147	2147-2148	2148-2149	2149-2150	2150-2151	2151-2152	2152-2153	2153-2154	2154-2155	2155-2156	2156-2157	2157-2158	2158-2159	2159-2160	2160-2161	2161-2162	2162-2163	2163-2164	2164-2165	2165-2166	2166-2167	2167-2168	2168-2169	2169-2170	2170-2171	2171-2172	2172-2173	2173-2174	2174-2175	2175-2176	2176-2177	2177-2178	2178-2179	2179-2180	2180-2181	2181-2182	2182-2183	2183-2184	2184-2185	2185-2186	2186-2187	2187-2188	2188-2189	2189-2190	2190-2191	2191-2192	2192-2193	2193-2194	2194-2195	2195-2196	2196-2197	2197-2198	2198-2199	2199-2200	2200-2201	2201-2202	2202-2203	2203-2204	2204-2205	2205-2206	2206-2207	2207-2208	2208-2209	2209-2210	2210-2211	2211-2212	2212-2213	2213-2214	2214-2215	2215-2216	2216-2217	2217-2218	2218-2219	2219-2220	2220-2221	2221-2222	2222-2223	2223-2224	2224-2225	2225-2226	2226-2227	2227-2228	2228-2229	2229-2230	2230-2231	2231-2232	2232-2233	2233-2234	2234-2235	2235-2236	2236-2237	2237-2238	2238-2239	2239-2240	2240-2241	2241-2242	2242-2243	2243-2244	2244-2245	2245-2246	2246-2247	2247-
-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-------

Quase um século depois de ter sido fundada, a Igreja Católica no Brasil tem hoje 15 milhões de membros, aproximadamente 10 milhões vivendo em áreas urbanas e 5 milhões em áreas rurais. Mas, apesar de sua grande extensão territorial, a Igreja Católica não é homogênea. Suas doutrinas e práticas variam de acordo com o contexto social e cultural de cada região. No Brasil, a Igreja Católica é dividida em duas grandes correntes: a Igreja Católica Romana e a Igreja Católica Liberal. A Igreja Católica Romana é a mais tradicional e conservadora, mantendo as doutrinas e práticas estabelecidas há séculos. A Igreja Católica Liberal, por outro lado, é mais aberta e adaptável, buscando conciliar as doutrinas tradicionais com as necessidades e valores da sociedade contemporânea. Ambas as correntes têm uma grande influência na vida social e política do Brasil, especialmente em questões relacionadas à moralidade, família e educação.

Assim como Brasília, o cenário brasileiro contemporâneo, numa data, o seu aniversário de 47 anos.

Assim como Brasília, a nossa festa é, desde a inauguração, a celebração da modernidade, da ordem e da inovação.

Assim como Brasília, o nosso compromisso é o respeito à memória e o nosso destino é o desafio de caminhar sempre à frente do nosso tempo.

Assim como Brasília, nosso coração hoje está de mãos dadas com o futuro e com todos os brasileiros.

CIDADES/TEMA DO DIA

SISTEMA EM COLAPSO

ÚNICO NO PAÍS. SERVIÇO PÚBLICO DO DF CONTAVA COM SETE TIPOS DE VEÍCULOS NÃO INTEGRADOS

MÁRIO COELHO
DE EQUIPE DO CORREIO

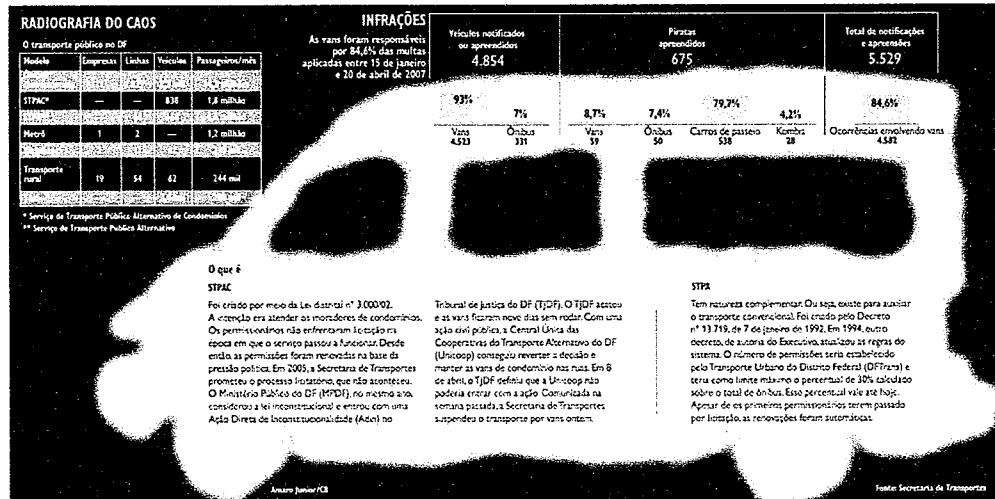
O Distrito Federal possui sete sistemas de transporte público diferentes, contando com o extinto Serviço de Transporte Público Alternativo de Condomínios (STPAC). Ônibus urbanos e rurais, duas modalidades de vans, metrô, zebuínas e táxis movimentavam por mês cerca

de 19,6 milhões de passageiros (conflita arte). Alvo principal das fiscalizações coordenadas pela Secretaria de Transportes desde o início do ano, as lotações foram responsáveis por 84,6% das multas aplicadas entre 15 de janeiro e 20 de abril. "A cidade não aguentava mais os abusos dos motoristas de vans fazendo das vias urbanas do DF um verdadeiro caos. Nós temos que colocar ordem no transporte.

Vamos agir com firmeza para que o sistema se regularize rapidamente", afirmou o governador José Roberto Arruda. As lotações receberam 4.582 das 5.529 autuações registradas de 15 de janeiro até a última sexta-feira. As multas foram aplicadas pelo Departamento de Trânsito (Detran), pelo Transporte Urbano do Distrito Federal (DTTrans), pela Companhia de Polícia Rodoviária (CPRV) e pelo Batalhão de Trânsito (BPTrans) da Polícia Militar. O número de notificações dos veículos alternativos corresponde a 84,6% do total. Restringindo aos casos do universo dos veículos de transporte público, que inclui os ônibus, o percentual é ainda maior: 93%. As principais infrações foram excesso de velocidade, de passageiro, de emissão de gases poluentes, trans-

porte ilegal e falta de equipamentos obrigatórios. As vans são divididas em dois sistemas. Além do alternativo de condomínios, existe o Serviço de Transporte Público Alternativo (STPA). As duas têm funções e origens diferentes. O STPAC foi criado em 2002, pela Lei distrital 3.000. A justificativa para criar outro meio foi a de que os moradores de condomínios não eram atendidos pelos ônibus e pelas

outras lotações. O STPA existe para auxiliar o transporte convencional. Foi criado pelo Decreto nº 13.719/92. O número de permissões é estabelecido pelo DTTrans e tem como limite máximo o percentual de 30% calculado sobre o total de ônibus. Esse percentual vale até hoje. Apesar de os primeiros permissões terem passado por licitação, as renovações foram automáticas.



REAÇÃO NA JUSTIÇA

PAULO REBELLO
FABIANO MESQUITA
DE EQUIPE DO CORREIO

Representantes da Central de Cooperativas de Transporte Alternativo do Distrito Federal e Entorno (Unicoop) entraram hoje com mandado de segurança contra a decisão judicial que os proíbe de transportar passageiros na capital federal. A categoria acusa a Secretaria de Transportes do DF de "equivoco judiciário" no caso. Também reclama de prejuízos aos 838 permissões do Sistema de Transporte Público Alternativo de Condomínios (STPAC). E de perdas de cerca de R\$ 600 mil por dia por conta da proibição.

O diretor jurídico da Unicoop, Luiz Fernando Alves de Lima, promete apresentar a ação às 13h ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDf). "Vamos entrar com um mandado de segurança pedindo a revogação dessa decisão que, ao nosso ver, não tem sustentação nenhuma. O que ficou estabelecido anteriormente foi que somente os veículos com permissão posterior a julho de 2004 não poderiam circular. Nunca nos foi tirado o direito de trabalhar", afirmou Lima, durante

reunião ontem na sede da Unicoop, no Setor de Gangangos Norte. O local também serviu de ponto de encontro para os perueiros brasileiros, que decidiram obedecer à determinação do TJDf, publicada ontem no Diário Oficial do Distrito Federal. O pátio do lugar ficou abarrotado de vans brancas ao longo de todo o dia. A categoria também se comprometeu a não realizar manifestações nesta semana para evitar transtornos ao trânsito da cidade. Elas podem circular pelo DF, desde que não cobrem pelo deslocamento. Ainda assim, a maioria dos motoristas e cobradores do STPAC reclamou da paralisação forçada.

O motorista Edgar Luis da Silva, 39 anos, lamentou a postura do TJDf. "Queriam saber porque estão contra nós. Somos perseguidos pela polícia e ofendidos pelo próprio governador quando tudo o que queremos é a legalização dos nossos serviços", argumentou. Para o também condutor Milton Viana, 58, a categoria é perseguida. "Em comparação com outros meios de transportes, temos um índice de acidentes baixíssimo", destacou o permissor, que disse nunca ter se envolvido em colisão ou atropelamento.

Roberto Lima/DF



SEM TER O QUE FAZER, PERMISSÓRIOS SE REUNIRAM NA SEDE DA UNICOOP DURANTE TODO O DIA DE ONTEM

PROCESSO POR DANOS MORAIS

A Central Única das Cooperativas do Transporte Alternativo do Distrito Federal (Unicoop) também ameaçou entrar com ação por danos morais contra o Governo do Distrito Federal. Motoristas e cobradores querem reclamar na Justiça por terem sido chamados de "assassinos" pelo governador José Roberto Arruda. Ele usou o termo durante entrevistas concedidas ao longo dos últimos dias. Referiu-se assim à categoria por conta da frequência com que as vans se envolvem em acidentes nas vias brasileiras. No último deles, quando uma lotação chocou-se contra um ônibus de freitamento, na sexta-feira passada, seis pessoas morreram. Todas eram passageiros da lotação.

Arruda voltou ontem a criticar os perueiros após a assinatura da ordem de serviço da retomada das obras da DF-005, que liga o Varjão ao Paranoá em Lago Norte. "Agora, essa bagunça que estava, com o número de acidentes de vans, não dá para continuar. Hoje os jornais trouxeram como manchete que 84% das multas de trânsito são das vans. Nós estamos com um verdadeiro assassinato nas vias urbanas do Distrito Federal", avaliou o governador.

O diretor jurídico da Unicoop, Luiz Fernando Alves de Lima, disse que a categoria ficou "chateada" com as declarações de José Roberto Arruda. Mesmo assim, os representantes dos permissões garantem que não haverá protesto nas ruas do DF contra o governo local. "Vamos entrar com uma ação por danos morais nos próximos dias", afirmou Luiz Fernando.

MAJ. BRIG. AV. R/R MAX ALVIM

MISSA DE 7º DIA

A família agradece as manifestações de carinho recebidas e convida amigos e parentes para a Missa, a ser celebrada amanhã, 25 de abril, às 19 horas, na Igreja São Miguel Arcanjo e Santo Expedito - EQN 303/304.

SILVIO VENANCIO DA SILVA

MISSA DE 7º DIA

Esposa, filhos, noras e netos agradecem as manifestações de carinho recebidas e convidam parentes e amigos para a celebração da Missa de 7º Dia, que será celebrada no dia 24/04/2007, terça-feira, às 19 horas, na Igreja Verbo Divino - 609 NORTE.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
MOC Nº 35 / 07
Fls. Nº 10 RITA

CIDADES

Loteamentos onde moradores insistem em prosseguir com construções não serão beneficiados pela venda-direta. Dos cinco primeiros da lista de regularização, dois desrespeitam determinação

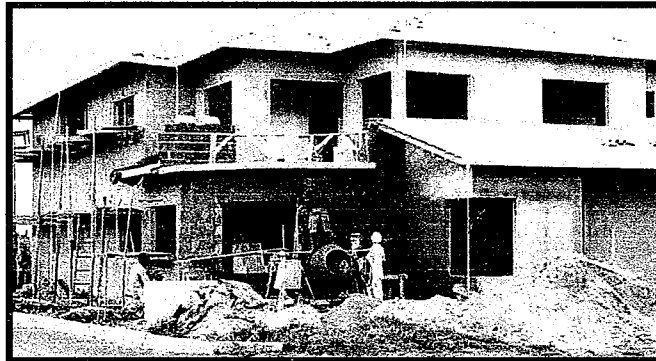
Ordem para suspender obras

GUZELA RODRIGUES
DA EQUIPE DO CORREIO

A insistência dos moradores em prosseguir com as construções nos condomínios irregulares, ignorando a ordem para que as obras fossem suspensas, fez o governador José Roberto Arruda endurecer o discurso ontem. Ele afirmou que não serão beneficiados pela venda-direta os loteamentos com edificações em andamento. Segundo o governador, qualquer tipo de obra, inclusive reformas, estão proibidas e, enquanto não forem interrompidas, os projetos de regularização dos condomínios não serão analisados pelo governo. "Está claro, só não obedece quem não quiser. Não vou permitir a regularização por venda direta em condomínios que têm obras", alertou.

Com a determinação do governador, até mesmo os parcelamentos já anunciados para serem os primeiros do processo de venda direta estão ameaçados. De acordo com a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), os lotes dos condomínios Estância Jardim Botânico, Portal do Lago Sul, San Diego, Parque das Palmeiras e Mirante das Palmeiras serão comercializados em, no máximo, 60 dias. Na última quinta-feira e ontem, o Correio percorreu os parcelamentos do Setor Habitacional Jardim Botânico e flagrou obras irregulares em andamento. Entre os que serão regulari-

Paulo H. Cavalcanti/CS - 2007



EM DIVERSOS CONDOMÍNIOS, COMO O SOLAR DE BRASÍLIA AS OBRAS, CONTINUAM NORMALMENTE. NO JARDIM DAS PALMEIRAS E NO SÃO DIEGO TAMBÉM

dos, apenas o Mirante das Palmeiras e o Portal do Lago Sul respeitam a determinação de Arruda. No condomínio Jardim das Palmeiras e San Diego construções são feitas. A administração do Estância Jardim Botânico não permitiu que a reportagem entrasse no condomínio.

Os moradores alegam que paralisar as obras causaria prejuízo já que o processo de regularização dos condomínios do

DF pode demorar. Os síndicos afirmam que têm dificuldades em convencer os condôminos a parar de construir. Conceição Meirelles, síndica do Mirante das Palmeiras, conseguiu que os moradores a interrompessem as obras. Entre os 144 lotes do parcelamento, uma casa estava sendo construída, mas Conceição fez o dono do lote entender que era melhor esperar. "Fiz uma circular e distribuí no con-

domínio. Sempre procuro manter os moradores informados de todos os atos do governo. Desta vez, estamos confiantes", afirma Conceição.

O governador decidiu condicionar a venda direta à paralisação das obras depois de ter, durante as duas últimas semanas, flagrado edificações sem alvará de construção em Vicente Pires e Sobradinho. Nas ocasiões, Arruda deu um puxão de orelhas na

fiscalização que, segundo ele, tem sido omisso. "Essa fiscalização está uma paralização. Será que eu que vou ter que fiscalizar?", chegou a afirmar. "Todos os condomínios que cumprirem a legislação ambiental e urbanística serão regularizados em um curto período de tempo. Mas há dois pré-requisitos: estar com o Imposto Predial e Territorial (IPTU) em dia e não construir mais", ressaltou ontem.

REGRAS

● Os moradores dos condomínios serão notificados para participar da venda direta. A Terracap vai enviar convite aos ocupantes dos lotes dentro de 30 dias. Depois disso, eles terão um prazo de mais 30 dias para demonstrar o interesse pela compra.

● Durante esse período, os moradores deverão apresentar à Terracap os carnês do IPTU pagos, o acesso de direito de uso e o contrato de compra e venda do terreno.

● Só serão colocados à venda parcelamentos que tiverem o licenciamento completo e o projeto urbanístico aprovado.

● Cada comprador só poderá adquirir um lote.

● A avaliação dos lotes será feita pela Terracap e vai considerar o preço da terra nua. A empresa vai financiar os terrenos em até 36 vezes. Os moradores que quiserem prazo maior poderão recorrer à Caixa Econômica Federal, que vai abrir uma linha de crédito exclusiva para os lotes em condomínios.

Esforço para convencer moradores

Mesmo com a determinação do governador José Roberto Arruda, os condomínios irregulares não param de crescer. Na edição do último domingo, o Correio mostrou o festival de construções nos parcelamentos dos setores habitacionais Grande Colorado, Jardim Botânico e São Bartolomeu. Em dois dias, a reportagem percorreu 12 condomínios e apenas um cumpria a ordem do governo. Desde 1º de janeiro, a Subsecretaria de Fiscalização embargou 461 obras em todo o DF e 165 foram demolidas. Além disso, mais de 660 construções estão na mira do governo para serem derrubadas. Ainda assim, o governo encontra resistência dos moradores.

Entre os parcelamentos visitados, a situação mais grave foi encontrada no Solar de Brasília, onde 156 terrenos estão sendo edificados. Depois que a reportagem foi publicada, porém, a administração do condomínio decidiu deixar as regras mais rígidas. As obras em casas estão proibidas e, desde segunda-feira, os porteiros orientados a impedir a entrada de caminhões com material de construção no loteamento. "Foi a

Monique Ribeiro/CS para o CS



GESTOR DO SOLAR DE BRASÍLIA JOSÉ ANTUNES GARANTE QUE OBRAS VÃO PARAR

única maneira que encontramos de parar as construções. Vamos mostrar ao governo que estamos dispostos a cooperar, mas esperamos uma resposta. Um dia, a nossa moralidade tem que ser legal", diz o gestor de obras do Solar de Brasília, José Antunes Cardoso Amaral.

Os moradores não gostaram da ideia. Fernando Melo, 30 anos, construiu uma casa no lote que comprou, há cinco anos.

A obra começou no começo do ano e a base da casa está pronta. Até agora, foram investidos R\$ 20 mil e Fernando reclama do prejuízo. "Gastei dinheiro com o material de construção e agora vou perder tudo. Além disso, pedreiros e mestres de obras estão ficando sem emprego. Justo no dia do trabalho. Se não podia construir, o governador deveria ter me avisado antes", queixa-se.

O Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, a Associação Nacional de Escritores - ANE, o Clube dos Pioneiros, a Associação dos Candangos Pioneiros, o Grande Oriente do DF, a MR Grande Loja Maçônica do DF, a Casa do Ceará em Brasília e a Thesaurus Editora de Brasília

convidam você e sua família para celebrarmos os

50 Anos de Adirson Escrevendo Brasília.

Será na quinta-feira, dia 3 de maio de 2007, a partir das 17 horas, nos salões do Instituto Histórico e Geográfico do DF, na 703/903 Sul. Amplo estacionamento.

Teremos dois fatos marcantes: a abertura da Exposição Brasília de Todos os Tempos e o lançamento do livro-síntese *Brasil, Capital Brasília*. Você conhecerá a Brasília de ontem, de hoje e de amanhã. Imperdível!



Adirson é um dos maiores escritores de Brasília. Seu livro-síntese *Brasil, Capital Brasília* é uma obra importante para quem quer conhecer a história da cidade.

AO CONTRÁRIO DO TEU MARIDO, A GENTE TE ESCUTA.

PROTOCOLO LEGISLATIVO

MOZ Nº 35 104
Fls. N.º 11 RITA

27 CIDADES



PREVENÇÃO

Dona Irene, 64 anos, acordou cedo ontem e foi ao Centro de Saúde 2, no Núcleo Bandeirante. Ali, recebeu a vacina que vai protegê-la contra a gripe.

PÁGINA 32

CORREIO BRASILEIRO

BRASILIA, DOMINGO, 29 DE ABRIL DE 2007
 Editor: Samanta Salum/
 samanta.salum@correioweb.com.br
 Subeditores: Ana Paludo, Carlos Tavares,
 Roberto Fonseca, Nelson Tormio e Valéria de Vilela
 Coordenadora: Tais Braga/
 tais.braga@correioweb.com.br
 E-mail: cidades@correioweb.com.br
 Tel.: 3214-1180 e 3214-1181
 Fax: 3214-1185

Moradores de loteamentos ilegais descumprem ordem do governo local e mantêm construções em ritmo acelerado. Desobediência ao embargo atrasa o processo de regularização por venda direta

Obras por todo lado

GAZETA PODERES
 DA EQUIPE DO CORREIO

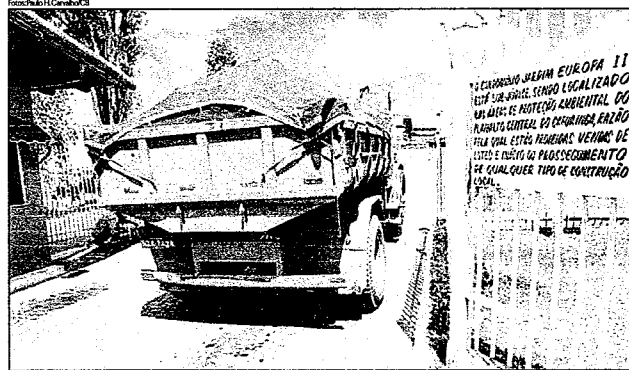
Os condomínios irregulares do Distrito Federal não param de crescer. Mesmo com a proibição do governador José Roberto Arruda e o compromisso de regularizar os parcelamentos por venda direta, as construções não cessam nos parcelamentos ilegais. Desde que assumiu o Palácio do Buriti, Arruda anuncia que vai apressar a regularização dos loteamentos, mas quer impedir o surgimento de novos empreendimentos e a expansão dos já existentes. Por isso, obras sem alvará de construção estão proibidas. Uma tarefa tem a missão de acompanhar a evolução das construções, mas a fiscalização não é capaz de cobrir os abusos. De 1º de janeiro até a última sexta-feira, 461 edificações foram embargadas em todo o DF e 165 demolidas. Ainda assim, os moradores erguem muros em condomínios, reformam e ampliam casas e ocupam lotes vazios. Mais de 660 construções estão na mira do governo para serem demolidas.

Durante dois dias da última semana, o Correio percorreu 12 condomínios (veja ao lado) dos setores habitacionais Grande Colômbio, Jardim Botânico e São Bartolomeu. Em apenas um deles — o Mirante das Palmeiras, no Jardim Botânico, a ordem do governador era respeitada. Nos outros 11, havia obras em diferentes estágios: pedreiros empilham a base de casas, enchiam lajes, construíam telhados ou faziam acabamentos. Nenhum dos síndicos dos loteamentos alegou que desconhece a determinação. Mas todos afirmaram que não sabem em quanto tempo os condôminos poderiam ter a escritura dos imóveis e, por isso, teriam prejuízo com a paralisação das obras.

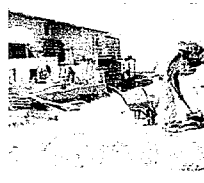
Dos parcelamentos visitados, o Condomínio Solar de Brasília, no Jardim Botânico, é o que mais despreza o embargo. O loteamento tem 1.312 lotes e é um imenso canteiro de obras. Nada menos que 156 terrenos estão sendo edificados, segundo levantamento da administração do condomínio feito em janeiro deste ano. No Grande Colômbio, cinco parcelamentos foram visitados pelo Correio e em todos havia obras. No Condomínio Jardim Europa II, 25 edificações,

OS FLAGRANTES

Durante dois dias, o Correio constatou a existência de obras irregulares nos condomínios Jardim Europa II, Viverdas Alvorada, Jardim América, Solar de Athenas, Viverdas Lago Azul, Jardim das Palmeiras, Quintas do Sol, Quintas Bela Vista, San Diego, Solar de Brasília e Ville de Montagne.



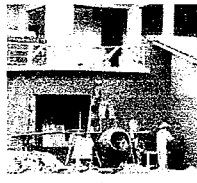
CAMINHÃO CARREGADO DE AREIA CHEGA AO JARDIM EUROPA II: PLACA NA ENTRADA AVISA QUE CONSTRUÇÕES ESTÃO PROIBIDAS



PEDREIRO TRABALHA NO SOLAR DE ATENAS



CONSTRUÇÕES NO VILLE DE MONTAGNE



SOLAR DE BRASÍLIA: CAMPEÃO DE OBRAS ILÉGAIS

incluindo reformas, estão em andamento. Na porta do loteamento, há um aviso de que o condomínio está sob juízo e, por isso, estão proibidos início e prosseguimento das obras. Os moradores ficam ansiosos porque terminaram de pagar o terreno, compraram o material de construção e querem parar de pagar aluguel", justifica a gerente do

loteamento, Jucimara Monteiro. Semana passada, o síndico do Condomínio Solar de Athenas, Aluisio Madruga, distribuiu uma circular aos moradores com três sugestões. A primeira é para quem está pensando em começar uma edificação: o morador deve esperar pela regularização. Obras iniciadas há pouco tempo, devem ser interrompidas. Mas,

no caso de casos prestes a serem concluídos, Madruga orienta os condôminos a acelerarem a obra e, assim, evitarem ser flagrados pela fiscalização. "Tem obra faltando apenas colocar uma janela, o morador teria prejuízo se a parar", justifica.

Bronca
 Durante três eventos na última

semana, o governador enfatizou a ordem de embargo. "Vamos regularizar por venda direta, mas pedimos a ajuda de vocês. A partir de agora, nenhuma construção pode ser feita. Quem desobedece está jogando contra nós e vamos ter de derrubar. A medida pode parecer dura, mas a preservação de Brasília está em jogo", afirmou Arruda durante reunião

com condôminos na quinta-feira. Dois dias antes, o governador se irritou com a fiscalização ao flagrar obras em prédios de Vicente Pires. "Essa fiscalização está uma porcaria. Será que eu vou ter que fiscalizar?", disse, em tom alterado.

Ontem, no Núcleo Bandeirante, Arruda voltou ao assunto. Afirmando que a fiscalização recebeu 30 carros novos na última semana e que as equipes estarão nas ruas inclusive nos fins de semana e feriados. "A grande maioria obedeceu. Uma pequena minoria, teimosa, continua construindo sem alvará. Infelizmente, as obras serão embargadas e aquelas que insistirem serão demolidas. A cidade tem que voltar à legalidade". O subsecretário de fiscalização, Antônio Alves, se defende. Segundo ele, é impossível garantir a paralisação de todas as obras, pois não há fiscais suficientes: são 300 fiscais espalhados pelas diferentes cidades.

Além das 461 obras embargadas no DF, 826 intimações demolitórias foram expedidas, mas apenas 165 edificações acabaram demolidas. Na última sexta-feira, a Subsecretaria do Sistema Integrado de Vigilância e do Uso do Solo (Siv-Solo) derrubou 11 construções em Vicente Pires que descumpriam o embargo, incluindo um prédio de três andares. Houve resistência dos moradores e duas pessoas foram presas. Segundo Antônio Alves, 180 prédios de até oito andares foram embargados em Vicente Pires e 10 ignoraram a ordem. O subsecretário afirma que os outros nove edifícios estão na lista de demolição.

"Vamos fazer um trabalho conjunto com o GDF para cobrir novas construções e invasões durante o processo de regularização", explicou o procurador-geral de justiça do DF, Leonardo Bandeira. Promotores e os procuradores do DF farão um levantamento das linhas conquistadas na Justiça pelos dois órgãos para demolir as edificações ilegais, mas que nunca foram cumpridas. A intenção, agora, é fazer valer as decisões, com apoio da Polícia Civil. Existem medidas judiciais contrárias a novas obras nos condomínios Alto da Boa Vista, Solar de Brasília, RK e Privé e II. O MP e a Procuradoria também podem adotar ações em conjunto contra ocupações irregulares.

Um condomínio novo a cada 15 dias

Dois décadas de omissão do governo. Para especialistas essa é a principal causa do crescimento descontrolado e insustentável no Distrito Federal. Sem serem incomodados pela fiscalização, grileiros parcelaram áreas públicas, venderam as terras como se fossem regularizadas e nada menos que 517 condomínios surgiram durante esse período. A cada duas semanas, um loteamento irregular foi criado no DF desde meados na década de 1980, uma situação irreversível que o governo, agora, tenta controlar. O urbanista Frederico Flóscio, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de Brasília

(UnB), acredita que conter as edificações ilegais não será tarefa fácil. "A falta de ação do estado durante os últimos 20 anos fez com que as pessoas acreditassem que, em Brasília, é possível fazer programas habitacionais na marra. A inércia dessas forças continuaram agindo é imensa", analisa.

Quem desprezar a ordem de parar as obras não perderá o direito de comprar o lote durante a venda direta que será aplicada pelo governo. Mas o morador vai atrapalhar a aprovação das licenças ambientais e do projeto urbanístico do parcelamento, atrasando a legalização. "Podem estar cons-

truindo em áreas com restrições ambientais ou no meio de uma rua que deverá ser aberta. Esses lotes podem ter que ser desconstituídos. Só o projeto urbanístico e ambiental pode definir isso", explica o gerente de Regularização de Condomínios da Secretaria de Justiça e Cidadania, Paulo Sérgio.

Os condôminos, porém, não parecem preocupados. O presidente da Federação dos Condomínios Horizontais do DF (Facho), Adilson Barreto, justifica que os moradores estão cansados de esperar a regularização. Ele cobra a análise das pilhas de processos ambientais e urbanísticos arquivados na Secretaria

de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma). "Esses projetos esperam, em média, 10 anos para serem analisados. Precisamos de um prazo do governo", afirma.

O vice-presidente da União Nacional dos Condomínios Irregulares (Unica), Oziel Ribeiro, apóia a decisão do governo de impedir o surgimento dos novos parcelamentos. Mas defende as construções nos condomínios consolidados. "Há construções em fase final, de pessoas que fazem a obra aos poucos. Se o morador for esperar pela regularização, vai ter prejuízo, pois a obra parada vai se degradar", diz. (GR)

A Royal abre as portas do seu imóvel próprio.

3 Qtos (1 suíte)

Apenas 590⁰⁰

Fachada 100% em cerâmica

EM ATÉ 100 MESES*
 Só neste final de semana

3326-2233
 www.royal.com.br

ROYAL

PROTOCOLO LEGISLATIVO

MOÇ Nº 35 / 104

Fls. N.º 12 RITA

TRIBUNA DO BRASIL

Brasília - DF, Quarta-Feira, 25 de a

SERVIÇOS

Assinaturas

Tribuna do Leitor

EDITORIAS

Home

Aparte

Brasil

Consuelo Badra

Cultura

Economia

Esportes

Grande Brasília

Mundo

Serviço

Televisão

Tribuna Livre

CADERNOS

TB Concursos

TB Programa

TB Veículos



Grande Brasília

Autorizada construção da rede de água

Em 120 dias, os moradores da Colônia Agrícola Vicente Pires, Samambaia e Vila São José terão água potável em suas casas. O governador Arruda assinou ontem ordem de serviço que autoriza a Caesb a concluir a obra de saneamento. Após seis meses de interrupção devido à proibição do Ibama, a construção da rede de água e esgoto finalmente será retomada. Isso foi possível após um acordo entre governo, Ibama e Ministério Público do DF.

O saneamento vai custar R\$ 51 milhões ao governo. Também foi autorizada abertura de licitação para implementação de redes de esgoto nas três cidades, que custará R\$ 42 milhões. Outra obra a ser realizada será o recapeamento das vias de acesso em Vicente Pires.

Mais de 70 mil pessoas serão beneficiadas com a rede de abastecimento. Uma delas é a dona-de-casa Ana Pereira, moradora da chácara 25/26 de Vicente Pires. "Quando lavo roupa em casa, tenho o cuidado de não deixar a água cair direto na peça. Fica toda manchada, principalmente as brancas", contou. "Tem vezes que o cabelo da minha família inteira fica sujo e emplastrado, mesmo se lavado com shampoo. Tenho a certeza de que é a água. Agora acho que não teremos mais esse problema."

A construção de rede na cidade é caso de saúde pública, segundo o presidente da Caesb, Fernando Leite. A água examinada em alguns locais da Colônia Agrícola apresentou índices de contaminação por coliformes fecais.

Arruda aproveitou para reiterar a questão da construção irregular em Brasília. "Entrando de carro aqui agora, eu vi dois prédios desobedecendo à notificação que fizemos. Quero avisar que esses prédios serão derrubados hoje. Acabou a brincadeira", indignou-se. "Pedi que as obras nos prédios fossem paralisadas; todo mundo sabia disso. Não vou permitir que, por causa da esperteza de alguns, todos os outros moradores sejam prejudicados. Essa fiscalização está uma porcária. Será que eu tenho que fiscalizar?", irritou-se.

Quanto à regularização em Vicente Pires, Arruda disse não haver razão para que a Lei 9.262/96 – que permite a venda direta dos lotes aos atuais ocupantes pelo preço da terra nua, e que foi julgada constitucional na semana passada pelo Supremo Tribunal Federal – não seja usada também em outros condomínios. (K.R.)

Fonte : Tribuna do Brasil
Data : 25 de abril de 2007



Imprimir
Notícia



Tribuna do
Leitor



Enviar
Notícia

EDIÇÕES

Maio				
D	S	T	Q	
		1	2	
6	7	8	9	
13	14	15	16	
20	21	22	23	
27	28	29	30	

CAPA IMI

UMA SEQUÊNCIA PARA A RECONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

TRIBUNA DO BRASIL

**Liminar da
vans de volta**



NEWSLET

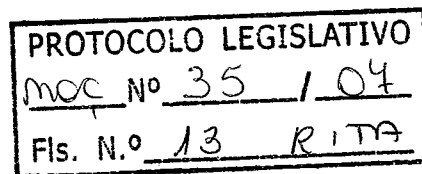
Noticias em s
Nome:

E-mail:

Cada

Notícias :

- ☒ Operação conjunta autua 5.631
- ☒ Vans podem voltar às ruas
- ☒ Assaltantes são pegos ao se esconder
- ☒ Delegada prende três no Porto Rico
- ☒ DOT prende trinta e recolhe mercadorias
- ☒ Tiros matam dois e ferem menina
- ☒ Decisão fica para segunda
- ☒ Ação de cidadania no Ciago



vezes, e pediu que as construções parassem. Mas ele não foi ouvido.

Em várias regiões de Vicente Pires é possível encontrar pedreiros trabalhando em novas obras, seja na Avenida Comercial, dentro dos condomínios ou em novos prédios. O encarregado da obra não tem alvará para mostrar, só o nome do engenheiro responsável - José Anchieta Tavares Leite. Na Rua 08, os pedreiros começam o alicerce. E no Condomínio São José, o mesmo caso.

"Estou construindo um muro e uma casa", diz um pedreiro.

Flagrantes também no Jardim Botânico, onde os condomínios irregulares, de classe média alta, crescem a todo vapor. O governador Arruda já culpou os fiscais. "Essa a fiscalização está uma porcaria. Porque eu vim aqui e vi. Será que eles não virão? Não é possível? Será que é que tenho que fiscalizar", enfatiza o governador Arruda.

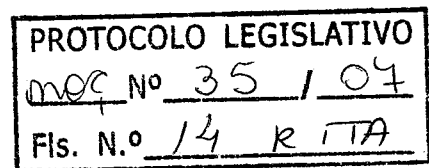
"Acreditamos que foi um equívoco do governador Arruda referente o que ele falou da fiscalização. Nós nunca agimos tanto, como agora, independente da falta de estrutura, estamos nos dedicando para dar resposta à comunidade com relação à ocupação de área pública", afirma Gleiston Marcos de Paula, Sindicato de Fiscais de Atividades Urbanas.

Fonte: DFTV



Biocárdios

Clinica Cardiologica Fone: 61-3242-4080
www.biocardios.com.br



Mudanças Geolar Ltda

Transportes mudanças guarda-móveis Empresa
Transportadora 51 3245.2177
www.geolar.com.br

Anúncios Google

:: Notícias mais acessadas do dia

- 00:23 - Paranaíba empata e conquista título inédito no PR
- 01:01 - Ensino integral terá repasse 25% maior do Fundeb
- 04:14 - Governo prevê queda do déficit da Previdência at...
- 06:30 - MG: Torcedor do Atlético morre ao cair de ônibus
- 05:24 - Lula se reunirá com Conselho Nacional da Juventude
- 03:09 - Câmara decreta luto oficial por morte de Enéas
- 02:06 - Robinho marca e Real vence Sevilla de virada

Tragédia na África
Camarões suspende por hoje busca por avião

Ex-ministro
Palocci: real forte reflete antecipação do mercado

Meu nome era
Enééééas!...
Rio de Janeiro: Morre deputado Enéas Carneiro do PRONA

Bi-campeão, Tchê!
Grêmio desmonta o Juventude e festeja o bi no RS

Defendeu quase todas!
Goleiro Bruno do Fla: 'Levamos muita porrada'

Só o Clube Bancorbrás oferece mais de 2.000 opções de hospedagem.

YRLA	EMPREGOS	YRLA BLOG	ENQUETES	ÁLBUM DE FOTOS	ONTEM	Google

COLUNAS

Bastidores
Marketing
Salada

CIDADES

De Águas Claras
De Brazilândia
De Candangolândia
De Ceilândia
De Cruzeiro Novo
De Cruzeiro Velho
De Estrutural
De Gama
De Guarã I
De Guarã II
De Itapoá
De N. Bandeirante
De Paranoá
De Planaltina
De Plano Piloto
De R. das Emas
De Riacho Fundo I
De Riacho Fundo II
De Samambaia
De Santa Maria
De São Sebastião
De Sobradinho I
De Sobradinho II
De Taguatinga
De Varjão

CANAIS

180graus.com
Albuns de Fotos
Bob Gayoso
Ceará
Cultura
Enquete
Esporte
Fórum
Geral
Jornais
Maranhão
Ontem
Opinião
Política

SERVIÇOS

Busca Site
Empregos
Zigg Downloads
Yrla Blog
Yrla BR

EMPREGOS

Cadastre agora seu currículo.

CADASTRAR

POLÍTICA

27/04/2007 12:12:27

Inicial

Lista de notícias

:: Quais serão vendidos primeiro?

GDF antecipa novas regras da venda direta dos condomínios

GDF antecipa novas regras da venda direta dos condomínios. Mas falta o principal: definir quais serão vendidos

A previsão da Terracap é fechar, até a próxima semana, a lista oficial de todos os condomínios na Bacia do São Bartolomeu que devem ser regularizados primeiro. Nesta quinta-feira, dia 26, os moradores tiveram mais dicas do governo de como deverá ser a venda direta.

Governo de Angola
Portal do Governo da República de Angola
www.angola-portal.ao

Clube amizade Cabo Verde
Encontros, amizade, namoro nas ilhas de Cabo Verde
www.amizadecaboverde.com

Portal de Imóveis no DF
O portal dedicado aos imóveis no DF Grandes parceiros anunciam aqui!
www.DFimoveis.NET

Soluções para Internet
Fábrica de software e soluções para internet. Sites, Portais, etc.
www.webadvisor.com.br

Anúncios Google

A Terracap vai parcelar o pagamento da terra nua em até 36 vezes, com chance de financiamento na rede bancária. Os terrenos vazios também poderão ser vendidos diretamente aos atuais donos. E o carnê de IPTU quitado deverá ser exigido do comprador. Sinal claro de que o governo quer arrecadar mais nos condomínios.

Enquanto caminha para a regularização, o GDF prometeu combater, com firmeza, as obras ilegais. O próprio governador José Roberto Arruda foi ao Vicente Pires, duas

:: Ontem

Olha só a Xena da Carolini...
Divulgadas as fotos da Playboy com a BBB Carol Honório: Veja!

Foi socorrido ao HBB
Vendedor é baleado durante roubo no Guarã II

Proibidas novamente
Vans estão novamente proibidas de circular em Brasília

Cidade completa 30 anos
Aniversário com melhoria da qualidade de vida no Varjão

Violência
Colegas lamentam a morte de policial no Orkut

Operação Anaconda
Rocha Mattos pede novo Habeas Corpus ao STF

Continuarão presos
Furacão: STJ nega pedidos de habeas corpus de 7

Numa tentativa de assalto
Polícia apreende arma de fogo com menor de idade em Taguá

Espanhol
Ronaldinho foi o "garçom" em vitória do Barcelona

Violência
Chacinas deixam 8 mortos e 8 feridos em SP

Anú

Noi
Ser
O n
gui
bal
do |
www

Cir
Dr
Titu
Cin
em
www

Ca
Mu
Loc
Inte
Des
(61
912
346
www

Bai
Aul
Car
usa
Bra
mai
mo
www

PROTOCOLO LEGISLATIVO	
MOC Nº	35 / 04
Fls. N.º	15 R TA



Acesso à Internet
 Hospedagem de Sites
 Criação de Websites
 Parceria IH
 Segurança
 F

REALIZAR BUSCA

Procuradores
 >>> Brasil

Fique por dentro

Regional BSB
 Regional GYN
 Mundo/Brasil
 Fama e Agito
 Esportes
 Mulher
 Política
 Economia
 Turismo e Lazer
 Ciência e Tecnologia

Canais

Cinema
 Turismo
 Agito
 Jurídico

Link Rápido

Auxílio a Lista
 Loterias
 CEP Brasil
 Detran - GO
 Detran - DF
 Clima/Meteorologia
 Mercado Financeiro
 Consulta Título Eleitor
 Receita Federal
 IBGE
 Governo de GO
 Governo do DF
 Defesa-se

Você gostaria de assinar esta coluna?

Basta ter o interesse e a aptidão em escrever, pesquisar e atualizar notícias através do nosso sistema on-line. Faça parte de nossa equipe!

Informe seu e-mail :

21/04/2007

Vans - Proibidas de rodar



Decisão do TJDF impede sistema alternativo de atender os condomínios do DF, a partir de segunda-feira

Permissionários começaram a ser notificados e, na segunda, podem ter veículos apreendidos. Foto: Cedoc/Tony Winston/13.11.2006

Apartir desta segunda-feira, os 838 permissionários do Sistema de Transporte Público Alternativo de Condomínios (STPAC) estão proibidos de circular pelas vias do Distrito Federal. Com isto, os cerca de 250 mil usuários que utilizam diariamente as vans que operam em 44 linhas de condomínios devem procurar uma nova alternativa de locomoção. A proibição se baseia na determinação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF), do último dia 8 de março. No entanto, o ofício só foi entregue à Secretaria de Transportes na quinta-feira.

Segundo o secretário de Transportes, Alberto Fraga, também na segunda-feira, a decisão deve ser publicada no Diário Oficial do DF (DODF). "O STPAC é ilegal, portanto inexistente. A partir de hoje (ontem), anunciamos que o STPAC está extinto", disse. Para regularizar o sistema de transporte coletivo do DF, foi encaminhado à Câmara Legislativa um projeto de lei, em medida de urgência, que determina a extinção das permissões, em caráter precário, que estiverem com prazo vencido e em vigor por prazo indeterminado. O projeto visa criar um modelo operacional do sistema de transporte público coletivo do DF.

O governador José Roberto Arruda foi taxativo quanto à suspensão do STPAC. "Acabou a discussão, agora está na época de proibir. Não agüentamos mais verdadeiros assassinos dirigindo veículos. Brasília está cansada disso", disse Arruda, ontem, durante entrega de ônibus novos à população (veja matéria abaixo). "É uma decisão dura, mas tem respaldo judicial. A condução irresponsável de alguns motoristas coloca a vida de pessoas em risco", completou.

Permissão

Outra determinação do projeto de lei especifica que somente os proprietários das vans e mais um auxiliar terão permissão para dirigir o veículo. Ambos terão horários definidos para operar a van, que serão preestabelecidos na licença. "A intenção do governo quando concede concessão não é para fazer riqueza por meio do transporte alternativo, a permissão é dada para uma pessoa. Permissão não é moeda", apontou Fraga.

O secretário também garantiu que a população não será prejudicada com a proibição do serviço das vans nos condomínios. "Vamos remanejar o outro Sistema de Transporte Alternativo (STPA) para atender esses condomínios. As empresas de ônibus também se comprometeram a atender esses locais", assegurou. Desde ontem, as vans começaram a ser notificadas sobre a proibição e neste final de

Acess

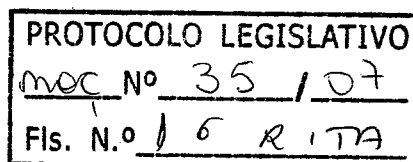
☐ Disc
☐ Wel
☐ Clin

Servi

☐ S
☐ A
☐ B
☐ E
☐ A
☐ A

Você t

S
 S
 tr
 N
 N



Jornal: CORREIO BRASILIENSE
 Data: 05/05/07
 Editoria: Caderno: CIDADES Página: 24
 Coluna:

Sindicatos da PM e Polícia Civil tentam, em vão, reverter afastamentos de comandante de batalhão e de delegado. Assalto no Recanto das Emas motivou a decisão do governo

Arruda mantém as punições

A decisão do governador José Roberto Arruda de remanejar duas autoridades policiais do Recanto das Emas provocou reações negativas entre as polícias Civil e Militar do Distrito Federal. Além de repudiarem a atitude, representantes de sindicatos das duas corporações passaram o dia mobilizados para tentar convencer o governo a rever as alterações. Mas Arruda não voltou atrás. E manteve as punições dadas ao delegado plantonista da 27ª Delegacia de Polícia (DP) Jonai Lemes Vieira e ao comandante da 18ª Companhia de Polícia Militar Independente (CPMind), major Gervander Pereira Guimarães.

Vieira foi ontem mesmo redestinado para uma delegacia afastada 45km do Plano Piloto. Trabalhará agora na 18ª DP de Brazlândia. Já Guimarães acabou exonerado do cargo. Assumirá outra função na Polícia Militar, ainda não definida. Os afastamentos ocorreram na quinta-feira durante visita do governador à cidade. Arruda assinou uma ordem de serviço para a reconstrução da avenida principal, mas recebeu um abaixo-assinado dos moradores da Quadra 103. Eles reclamavam de insegurança e da falta de apoio policial no caso de um assalto à mão armada em uma loja de eletrodomésticos.

Arruda exigiu satisfações dos responsáveis pela segurança no Recanto das Emas diante do público presente no local. Mas o delegado-chefe da 27ª

DP Ivanilson Severino de Melo, e o major desconheciam o caso. O governador aproveitou para chamar a atenção das duas autoridades. No fim do dia, sobrou para Vieira, que não teria repassado ao titular da delegacia informações sobre o caso. Ele tinha um ano e dois meses de corporação e desde então trabalhava no Recanto das Emas. Guimarães estava na polícia havia 16 anos. Assumiu o comando da 18ª CPMind em janeiro deste ano.

O presidente do Sindicato dos Delegados do Distrito Federal (Sindepol), Mauro César Lima, demonstrou irritação com o episódio. E organizou pela manhã

uma reunião na sede do sindicato. Vários delegados e o deputado federal Laerte Bessa (PMDB) participaram do encontro. "A categoria está triste e indignada, pois o delegado seguiu todas as normas. Registrou a ocorrência e iniciou a investigação. Enfim, fez o seu trabalho e acabou exposto na mídia. Qualquer punição nesse caso, será entendida como punição a categoria", reclamou Lima. Ele defendeu ainda que "não se elucidam crimes em palanques". O delegado e o major não foram encontrados pela reportagem.

"Eu demito mesmo"

Bessa acredita que houve um "equivoco do governador". Ele

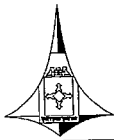
mostrou ao Correio a ocorrência do assalto à loja de eletrodomésticos em que aparece a identificação do delegado plantonista na abertura da investigação. "O registro foi aberto no mesmo dia e em menos de uma hora a apuração começou. Houve só um problema na comunicação com o delegado-chefe, que não soube por causa do volume de ocorrências", explicou o deputado. O Sindepol organizará uma assembleia na próxima semana. O presidente do Clube Recreativo e Esportivo dos Subtenentes e Sargentos (Crespom), Pedro Rodrigues de Carvalho, classificou a atitude como um "desrespeito à classe".

Durante o lançamento do pri-

meiro projeto de gestão ambiental do DF, o Projeto Biguá, no Varjão, Arruda reafirmou que considera imperdoável a falha dos agentes da segurança pública do Recanto das Emas. Também disse que não descarta outras exonerações no GDF. "Quantas vezes tiver de exonerar pessoas que não estão com o nível de eficiência exigido pelo governo e pela sociedade eu o farei. Com respeito, com educação. Governar é contrariar interesses. Acho que fiz o que tinha que fazer. Diante da ineficiência eu, como governador, não titubeio. Eu demito mesmo."

COLABOROU ADRIANA BERNARDES

PROTOCOLO LEGISLATIVO
MOÇ Nº 35 / 07
Fls. N.º 17 R. 17A



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO PRESIDENTE

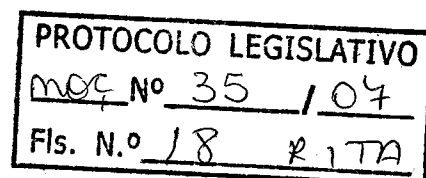
OFÍCIO N. /07 - PRESIDÊNCIA

Brasília, de de 2007.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL,

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL vem, por iniciativa do Deputado Milton Barbosa, entre outros, repudiá-lo pelo constrangimento público a que submeteu o Delegado-Chefe da 27ª Delegacia de Polícia do Recanto das Emas, **IVANILSON SEVERINO DE MELO**, o Major QOPM **GERVANDER PEREIRA GUIMARÃES**, Comandante da 18ª Companhia de Polícia Militar da área, quando do lançamento de obras de asfaltamento naquela cidade, e no desdobramento do episódio, o Delegado de Plantão **JONAY LEMES VIEIRA**.

De acordo com o vasto noticiário dos veículos de comunicação escritos e televisados da Capital Federal, no dia 03 de maio do corrente ano, em palanque de autoridades instalado na cidade de Recanto das Emas para o lançamento de obras de asfaltamento, Vossa Excelência, em atitude abrupta, intempestiva, deselegante, desrespeitosa, prepotente e atrabiliária, conduta grosseira e não muito diferente dos tempos do coronelismo, constrangeu, na presença de moradores, autoridades públicas e parlamentares desta Casa que ali se faziam presentes, os servidores relacionados, repreendendo os dois primeiros em público, lançando no lamaçal da desonra suas irrepreensíveis carreiras profissionais por uma indagação sobre uma ocorrência policial não satisfatoriamente a ele respondida que, em situações normais seria esclarecida com a prudência do mais modesto dos magistrados.



Vossa desgraçada conduta merece, portanto, o repúdio não só desta Casa, mas de todos os trabalhadores da área de segurança pública, que foram desrespeitados e desconsiderados pela malsinada conduta, não digna de uma autoridade que deveria se pautar pela prudência no comportamento e pelo irrestrito respeito aos cidadãos. De um governante, a sociedade espera equilíbrio, paciência, prudência e serenidade na condução dos destinos da cidade que dirige.

Esta Casa, pois, nobres pares, bem como a sociedade como um todo, não podem quedar-se inertes diante de comportamentos tão agressivos e grosseiros, com sérios reflexos na vida dos cidadãos atingidos e que podem comprometer, ou até mesmo deixar marcas indeléveis à vida pública de seu autor.

Deputado ALÍRIO NETO
PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SAIN – Parque Rural - 70086-900 - Brasília – DF

